

Nome da disciplina	Tipo	Carga horária semanal		
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas
6.º semestre				
Ecologia dos Sistemas Aquáticos	Semestral	2	2	-
Ecologia dos Sistemas Terrestres	Semestral	2	2	-
Indicadores Biológicos	Semestral	2	1	-
Ecotoxicologia	Semestral	2	1	-
Biotechnology Ambiental	Semestral	2	3	-
Saúde Pública	Semestral	2	-	-
7.º semestre				
Polição da Água	Semestral	2	2	-
Polição do Ar	Semestral	2	1	-
Polição do Solo	Semestral	2	1	-
Polição Sonora	Semestral	2	1	-
Ordenamento do Território	Semestral	2	1	-
Tecnologia do Ambiente	Semestral	2	2	-
8.º semestre				
Seminário I	Semestral	-	6	-
Política do Ambiente	Semestral	2	-	-
Legislação do Ambiente	Semestral	2	-	-
Elaboração e Avaliação de Projectos I	Semestral	-	6	-
Gestão do Ambiente	Semestral	2	2	-
9.º semestre				
Seminário II	Semestral	-	4	-
Elaboração e Avaliação de Projectos II	Semestral	-	4	-
Auditorias Ambientais	Semestral	2	2	-
Impacte de Projectos no Ambiente	Semestral	2	4	-
10.º semestre				
Estágio	Semestral	-	-	-

Curso de Engenharia Biotecnológica

Nome da disciplina	Tipo	Carga horária semanal		
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas
1.º semestre				
Matemática I	Semestral	2	3	-
Algebra Linear e Geometria Analítica	Semestral	1	3	-
Química I	Semestral	2	2	-
Física I	Semestral	1	2	-
Inglês Técnico I	Semestral	2	-	-
Introdução ao Pensamento Contemporâneo	Semestral	3	-	-
2.º semestre				
Matemática II	Semestral	2	3	-
Química II	Semestral	2	2	-
Física II	Semestral	2	2	-
Biologia Geral	Semestral	2	1	-
Inglês Técnico II	Semestral	2	-	-
Introdução às Ciências Sociais	Semestral	3	-	-
3.º semestre				
Matemática III	Semestral	2	3	-
Química III	Semestral	2	2	-

Nome da disciplina	Tipo	Carga horária semanal		
		Aulas teóricas	Aulas teórico-práticas	Aulas práticas
Probabilidades e Estatística	Semestral	1	2	-
Resistência de Materiais	Semestral	2	-	-
Informática	Semestral	2	1	-
Termodinâmica	Semestral	2	2	-
4.º semestre				
Bioquímica I	Semestral	2	1	1
Microbiologia I	Semestral	2	-	2
Biologia Celular	Semestral	2	-	2
Ecotoxicologia	Semestral	2	2	-
Mecânica dos Fluidos	Semestral	2	2	-
Economia	Semestral	3	-	-
5.º semestre				
Bioquímica II	Semestral	2	1	1
Microbiologia II	Semestral	2	-	2
Química Analítica I	Semestral	2	-	2
Polição Ambiental	Semestral	2	1	-
Fenómenos de Transferência	Semestral	2	-	1
Nutrição Humana	Semestral	2	1	-
6.º semestre				
Genética	Semestral	2	-	2
Química Analítica II	Semestral	2	-	2
Microbiologia Industrial	Semestral	2	-	2
Produção de Proteínas Microbianas	Semestral	2	-	2
Conservação de Alimentos	Semestral	2	1	-
7.º semestre				
Biotechnology Ambiental	Semestral	2	-	4
Genética Molecular	Semestral	2	-	2
Tecnologia de Produção	Semestral	2	-	2
Legislação em Biotechnology	Semestral	2	-	-
Controlo de Qualidade I	Semestral	2	1	-
8.º semestre				
Seminário I	Semestral	-	6	-
Elaboração e Avaliação de Projectos I	Semestral	-	6	-
Saúde Pública	Semestral	2	-	-
Engenharia Genética	Semestral	2	-	2
Controlo de Qualidade II	Semestral	2	1	-
9.º semestre				
Seminário II	Semestral	-	4	-
Elaboração e Avaliação de Projectos II	Semestral	-	4	-
Gestão Industrial	Semestral	2	2	-
Tecnologia Microbiana	Semestral	2	-	2
Indústrias Agro-Alimentares	Semestral	2	1	-
10.º semestre				
Estágio	Semestral	-	-	-

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Portaria n.º 1245/93

de 6 de Dezembro

A transplantação é hoje uma modalidade de terapêutica aceite para um número significativo de doenças agudas e crónicas.

Os notórios progressos da ciência, em geral, e da medicina, em particular, permitem actualmente dar uma esperança de vida consistente a todos aqueles que, por razões diversas, vierem a contrair lesões crónicas e irreversíveis de órgãos passíveis de transplantação.

Estão assim criadas as condições para que as equipas médico-cirúrgicas prossigam entre nós a sua actividade, tendo em vista uma adequada prestação de cuidados de saúde aos utentes, e evitando, assim, as sempre penosas deslocações ao estrangeiro.

Acresce que a Lei n.º 12/93, de 22 de Abril, estabelecendo o regime legal da colheita e transplante de órgãos e tecidos de origem humana, vai propiciar o adequado enquadramento de uma actividade que tem tido para o País avultados custos materiais e humanos.

Atendendo, todavia, a que a referida lei não entrou ainda em vigor e exige um complexo trabalho legislativo de regulamentação, com a inevitável morosidade, urge, desde já, prosseguir e alargar o âmbito de aplicação das operações de transplantação, viabilizando assim o Programa de Transplantes, assumido como uma das metas decisivas da governação na área da saúde.

Assim, ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 553/76, de 13 de Julho, e após audição dos presidentes dos conselhos de administração das unidades hospitalares directamente envolvidas no Programa de Transplantes:

Manda o Governo, pelo Ministro da Saúde, o seguinte:

1.º O Programa de Transplantes desenvolve-se nos serviços competentes das unidades hospitalares que disponham das condições técnicas e humanas exigidas segundo as *leges artis*, mediante autorização prévia, por despacho do Ministro da Saúde.

2.º Os centros de transplante já em funcionamento, existentes em unidades hospitalares, não carecem da autorização a que se refere o número anterior, sem prejuízo do disposto no n.º 6.º

3.º O pedido de autorização a que se refere o n.º 1.º deve ser instruído com os seguintes elementos:

- a) *Curriculum vitae* de cada um dos membros da equipa que se propõe proceder à prática dos transplantes;
- b) Menção dos equipamentos que a unidade tem ao seu dispor, em termos de lhe permitir realizar eficazmente as metas que se propõe;
- c) Plano anual das actividades a desenvolver, quantificando o número de transplantes que se propõe efectuar.

4.º A autorização a que se refere o n.º 1.º será concedida ou denegada, por despacho fundamentado, atentos os elementos que instruíam o pedido de autorização para o início da prática dos transplantes e quaisquer outros considerados objectivamente relevantes, mediante parecer de comissão especializada, a nomear por despacho do Ministro da Saúde.

5.º O director de cada serviço autorizado a efectuar transplantes deve, no final de cada semestre, enviar ao Ministro da Saúde relatório circunstanciado das actividades desenvolvidas, dos resultados conseguidos e dos projectos em curso.

6.º A autorização concedida é revogável sempre que razões de saúde pública ou de deontologia médica o aconselhem.

7.º É revogada a Portaria n.º 130/92, de 29 de Fevereiro.

Ministério da Saúde.

Assinada em 30 de Setembro de 1993.

Pelo Ministro da Saúde, *José Martins Nunes*, Secretário de Estado da Saúde.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

GOVERNO REGIONAL

Decreto Regulamentar Regional n.º 35/93/M

Regulamenta a disciplina de utilização das águas de regadio, levadas e respectivas obras de conservação, instituída pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/92/M, de 25 de Agosto.

O Decreto Legislativo Regional n.º 25/92/M, de 25 de Agosto, ao disciplinar a utilização das águas destinadas ao regadio, levadas e respectivas obras de conservação, instituiu um mecanismo de fiscalização cuja implementação urge regulamentar por forma a torná-lo funcional e eficaz.

Em vista a tal propósito, e nestes termos:

O Governo Regional da Madeira decreta, ao abrigo da alínea d) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição, da alínea d) do artigo 49.º da Lei n.º 13/91, de 5 de Junho, e do artigo 25.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/92/M, de 25 de Agosto, o seguinte:

Artigo 1.º — 1 — No exercício das competências previstas no artigo 19.º, relativas ao processamento das contra-ordenações definidas no artigo 20.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/92/M, de 25 de Agosto, as entidades para o efeito competentes, ao abrigo do mesmo diploma, seguirão o processo previsto no Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, que instituiu o ilícito de mera ordenação social e o respectivo processo.

2 — Em vista ao cumprimento do disposto no número anterior são aprovados os quatro modelos para os impressos oficiais a utilizar no respectivo processo, publicados no anexo único a este diploma, do qual fazem parte integrante.

Art. 2.º As alterações eventualmente a introduzir no futuro nos modelos a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º serão aprovadas por portaria do Secretário Regional de Agricultura, Florestas e Pescas.

Art. 3.º O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Aprovado em Conselho do Governo Regional em 21 de Outubro de 1993.

O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

Assinado em 9 de Novembro de 1993.

Publique-se.

O Ministro da República para a Região Autónoma da Madeira, *Artur Aurélio Teixeira Rodrigues Consoado*.